



AGRICULTURA URBANA E RURALIDADES: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA

Daiara Batista Mendes ¹

RESUMO

As ruralidades, frequentemente referidas como elementos e práticas características do meio rural, não estão restritas a esse espaço, adentrando as diferentes áreas no perímetro urbano. Como expressão dessas ruralidades urbanas, a prática da agricultura urbana carrega consigo inúmeros processos formativos, entretanto, na essência dessa atividade, notam-se a presença de praticantes remanescentes do campo, que trouxeram consigo essas práticas tidas como tradicionalmente rurais, desempenhando-as em espaços diversos nas cidades que se tornaram áreas de produção agrícola em pequena escala. Diante do exposto, este artigo apresenta os resultados parciais de uma pesquisa em nível de Mestrado que busca compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades no interior da cidade de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo. Nesse momento inicial, realizou-se um resgate das ideias dos principais autores que se debruçam sobre a temática das ruralidades e da agricultura urbana, buscando uma aproximação teórica entre estes dois fenômenos. Além disso, evidencia-se os elementos do processo de formação de Martinópolis que ofereçam as bases para compreender a gênese da agricultura urbana em seu território, a fim de traçar um panorama inicial das práticas agrícolas urbanas na área de estudos, em conjunto com a análise dos dados preliminares coletados nas pesquisas empíricas.

Palavras-chave: Agricultura urbana, Ruralidades, Martinópolis.

ABSTRACT

Ruralities, often referred to as elements and practices characteristic of the rural environment, are not restricted to this space, entering the different areas in the urban perimeter. As an expression of these urban ruralities, the practice of urban agriculture carries with it numerous training processes, however, in the essence of this activity, there is the presence of practitioners remaining from the countryside, who brought with them these traditionally rural practices, performing them in spaces in cities that have become areas of small-scale agricultural production. Given the above, this article presents the partial results of a research at the Master's level that seeks to understand the practices of urban agriculture as manifestations of ruralities in the interior of the city of Martinópolis, located in the extreme west of the State of São Paulo. At this initial moment, there was a rescue of the ideas of the main authors who focus on the theme of ruralities and urban agriculture, seeking a theoretical approximation between these two phenomena. In addition, it highlights the elements of the formation process of Martinópolis that provide the basis for understanding the genesis of urban agriculture in its territory, in order to draw an initial overview of urban agricultural practices in the study area, together with the analysis of preliminary data collected in empirical research.

Keywords: Urban agriculture, ruralities, Martinópolis.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de Presidente Prudente, daiaramendes@outlook.com;



INTRODUÇÃO

Nas palavras de Carneiro (1998), verifica-se que é amplamente discutido a incorporação de elementos da sociedade urbano-industrial no meio rural, um cenário alavancado pelo processo de modernização do campo brasileiro, na segunda metade do século XX. Nesse contexto, incluindo o debate do “novo rural brasileiro” (SILVA, 1999), nota-se a ascensão de “novas” atividades (agrícolas e não agrícolas) no campo, em outras palavras, o surgimento de “novas ruralidades” tornando-se estratégias de reprodução da população que subsiste nessas localidades, através do aproveitamento das potencialidades do espaço rural.

No entanto, conforme a mesma autora, é importante chamar a atenção também para a perpetuação do modo de vida rural nos interstícios das cidades brasileiras, um fato representado, na perspectiva econômica, pelo consumo “[...] de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do mundo rural (CARNEIRO, 1998, p.59), e do ponto de vista identitário, a partir de migrantes rurais que buscam manter contato com o ambiente do qual são originários através das atividades que lhes são características.

Desse modo, os elementos e práticas ligadas ao modo de vida da população do campo que são desenvolvidas no interior das cidades podem ser entendidas como ruralidades no espaço urbano. Dentre elas, destaca-se a agricultura urbana, caracterizada pelas atividades agrícolas (cultivo, criação de animais etc.) desenvolvidas no interior do perímetro urbano ou em seus arredores, seja para a comercialização ou o autoconsumo.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar as ideias dos principais autores que se debruçam sobre a temática das ruralidades e da agricultura urbana, buscando uma aproximação teórica entre estes dois fenômenos. Esse resgate tem a finalidade de compor o referencial teórico que dará embasamento para as análises que se sucederão, a partir dos dados derivados das investigações empíricas de uma pesquisa em nível de Mestrado que se propõe a compreender as práticas de agricultura urbana como manifestações das ruralidades no interior da cidade de Martinópolis, localizada no extremo oeste do Estado de São Paulo.

Além disso, pretende-se apresentar os elementos do processo de formação da pequena cidade que ofereçam as bases para compreender a gênese da agricultura urbana



em seu território e traçar um panorama inicial das práticas agrícolas desenvolvidas em sua área urbana, a partir dos resultados parciais das pesquisas empíricas.

METODOLOGIA

A princípio, elencou-se como procedimento metodológico para a construção desse estudo a realização de uma revisão bibliográfica sobre as temáticas selecionadas para a pesquisa, a saber: ruralidades, agricultura urbana, relação cidade e campo, bem como de uma literatura que contribua na caracterização da área de estudos. A etapa da pesquisa bibliográfica ocorreu através da leitura e fichamento de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos publicados em anais de eventos e revistas acadêmicas ligadas à temática geográfica.

Ainda sobre os dados de fontes secundárias, realizou-se posteriormente a pesquisa documental, a partir da obtenção de documentos e dados oficiais e legislações em sites oficiais do governo, tais como o IBGE, fundação SEADE etc., a fim de identificar informações sobre as práticas, marcos legais, aspectos demográficos e econômicos do município, entre outros.

A respeito das pesquisas empíricas, em um primeiro momento, diante da impossibilidade do deslocamento até a área de estudos, dado o contexto pandêmico, foi realizada uma sondagem inicial via contato telefônico, buscando identificar ações governamentais voltadas ao fomento das práticas agrícolas urbanas em Martinópolis, a partir de informações coletadas com agentes públicos do Setor do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal e da Casa da Agricultura local. Além disso, através das redes sociais, identificou-se iniciativas individuais e institucionais de agricultura urbana que serão abrangidas no universo da pesquisa.

Na fase atual, foram iniciados os trabalhos de campo, concomitantemente com o mapeamento e a aplicação das demais metodologias elencadas para o estudo, tais como o mapeamento, as entrevistas, aplicação de questionários e observações participantes, os quais permitem a compreensão das práticas de agricultura urbana como expressão das ruralidades na cidade de Martinópolis.



O DEBATE ACERCA DAS RURALIDADES E DA AGRICULTURA URBANA NA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Diante das implicações do processo de reestruturação produtiva, sobretudo a partir da década de 1960, reverberando na constituição de novos arranjos espaciais, as relações entre cidade e campo, urbano e rural, passam a assumir novas configurações, e, conseqüentemente, as ruralidades, tidas como características específicas do modo de vida no campo, também sofrem alterações em sua delimitação.

O fenômeno das ruralidades é entendido inicialmente como “[...] qualquer elemento ou atividade localizada em área rural” (LINDNER, 2012, p.21), no entanto, sua definição está em constante renovação, em virtude das modificações no cenário do campo brasileiro, tornando-se difícil trazer uma definição que consiga abarcar todos esses novos contextos.

É importante pontuar que se fala em ruralidades, no plural, devido ao fato de que “o campo não está passando por um processo único de transformação em toda a sua extensão [...]. Nesse sentido não se pode falar em ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos” (CARNEIRO, 1997, p. 53).

Dentre as diversas abordagens do conceito tratadas por diferentes autores, é importante o resgate de algumas das principais definições que interpretam o fenômeno das ruralidades sob perspectivas distintas.

Medeiros (2017), ao analisar os novos significados do rural tradicional, traz sua concepção pautada na perspectiva da sociabilidade inerente à população do campo, a partir de aspectos como vínculos entre a vizinhança, senso de comunidade e ajuda mútua, além de pontuar elementos da memória afetiva, sentimento de pertencimento e herança cultural desses povos. Assim, para a autora,

[...] a ruralidade pode ser entendida como um modo de vida, como uma so-ciabilidade que é pertinente ao mundo rural, com relações internas específicas e diversas do modo de viver urbano [...]. Ruralidade é uma construção social contextualizada, com uma natureza reflexiva, ou seja, ela é o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados (MEDEIROS, 2017, p.182).

Nesta mesma perspectiva, Candiotto e Corrêa (2008) as definem como sendo “[...] objetos e ações característicos do rural, e fazem parte da identidade da população



rural” (p.230), também incorporando nessas ruralidades a questão do pertencimento ao seu local de vivência.

Outra autora que apresenta sua abordagem sobre o conceito é Michele Lindner, a qual, a partir do seu estudo sobre a organização do espaço sob o olhar das ruralidades no pequeno município de São João do Polêsine, localizado no Rio Grande do Sul, aponta que:

[...] as ruralidades não estariam relacionadas diretamente a atividades agrícolas, mas sim a características culturais ligadas aos modos de vida das pessoas que habitam o rural, aos modos de vida tradicionais do campo, que influenciam atitudes e comportamentos e que não são necessariamente encontrados apenas nas áreas rurais (LINDNER, 2012, p.21).

No presente estudo busca-se adotar essa concepção apresentada pela autora pelo fato de considerar que essas características próprias do mundo rural também são disseminadas no espaço urbano, seja em decorrência da vivência anterior dos sujeitos urbanos e/ou pela influência da mídia que tem difundido uma visão do “[...] rural como sinônimo de natureza e vida mais saudável” (LINDNER, 2012, p.24).

Conforme Candiotto e Corrêa (2008), essas ruralidades são materializadas pelo “apego à terra, às atividades agropecuárias, o modo de vida rural, o vínculo com as plantas e animais, o jeito de falar, o orgulho por ser do campo [...]” (p.238). Esses modos de vida historicamente associados à população rural estão “relacionados a simplicidade, tranquilidade e ao trabalho em contato com a natureza, embora na atualidade sob influências das tecnologias do maior acesso às informações, ainda carregam fortes resquícios de um ‘mundo rural tradicional’” (LINDNER, 2012, p.20).

Diante dessas novas configurações do espaço, nota-se a inexistência de uma “dualidade marcada” entre campo e cidade, seja esta a delimitação a partir um marco físico ou mesmo através de uma legislação oficial. Para Carneiro (2008), “a expansão do meio rural, em função do avanço das fronteiras agrícolas, sempre se fez acompanhar da multiplicação de cidades; em contrapartida, nos centros urbanos pôde-se notar a influência da cultura rústica” (p.45). Nesse sentido, analisa-se que, ao mesmo tempo em que aspectos urbanos vêm adentrando o campo, nota-se também uma forte influência rural na cultura e nos hábitos urbanos, se constituindo como verdadeiras ruralidades no espaço urbano.



A perspectiva que será adotada neste estudo no que tange às ruralidades tem sido analisada por diferentes teóricos como Carneiro (1997), Maia (1999), Candiotto e Corrêa (2008), Locatel e Azevedo (2010), Lindner (2012), dentre outros autores que englobam esse fenômeno em suas análises.

Em cidades de pequeno ou grande porte, verifica-se cada vez mais os resquícios do rural que vem se expandindo sobre o seu perímetro urbano, considerando que “[...] o campo não se limita a ocupar as bordas do seu “tecido”, mas adentra pela sua malha, através de vazios urbanos, das margens dos vales dos rios e/ou das vias que a cortam” (MAIA, 1999, p.215). Dessa forma, segundo Locatel e Azevedo (2010), “[...] dentro da malha urbana existem ilhas de ruralidade ‘pura’” (p.06).

Diante desta constatação, nota-se que as ruralidades sofrem mutação nesse processo, num contexto (embora contraditório) em que a natureza tem tido destaque quanto um espaço de qualidade de vida, lazer e ócio, e, por essa razão, nota-se esse interesse crescente por um retorno àquilo tido antes como “primitivo”, “atrasado”. Nesse sentido,

[...] não podemos entender a ruralidade hoje somente a partir da penetração do mundo urbano-industrial no que era definido tradicionalmente como “rural”, mas também do consumo pela sociedade urbano-industrial, de bens simbólicos e materiais (a natureza como valor e os produtos “naturais”, por exemplo) e de práticas culturais que são reconhecidos como sendo próprios do mundo rural (CARNEIRO, 1997, p.59).

Essas ruralidades no espaço urbano têm sua gênese a partir das “[...] vivências passadas dos cidadãos no espaço rural, ou na atual valorização e idealização do rural pela mídia e por outros atores urbanos” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 238), onde o rural tem sido entendido como mercadoria em face das alterações no espaço decorrentes da “tecnificação do campo”.

Embora se configurando como parte importante das grandes cidades e metrópoles, são nas pequenas cidades do interior que essas ruralidades se apresentam com maior força. Isso decorre do fato de que “nesses locais existe uma carga cultural, que pode ser traduzida através do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, sua religiosidade, festividades, gastronomia e economia” (LINDNER, 2012, p.21).



Nestas áreas, as influências do rural “[...] configuram toda a dinâmica espacial, social e cultural desses pequenos lugares, dando-lhes identidade e influenciando na organização de seus espaços” (LINDNER, 2012, p.24), uma vez que se tornam parte constituinte da sua dinâmica socioeconômica.

Essas “ações e objetos técnicos característicos do rural” (CANDIOTTO; CORRÊA, 2008, p. 230) que vem se incorporando ao modo de vida urbano, ao longo da história, estão materializadas a partir do estilo country, das músicas (sobretudo, das sertanejas), das festas como rodeios e quermesses, e, principalmente, pelas práticas agrícolas, sejam elas a criação de animais, o cultivo, a exploração de recursos naturais etc., as quais têm sido frequentes não apenas no espaço, mas também na economia urbana, no caso da comercialização dos produtos gerados por essas atividades.

Com enfoque nas práticas agrícolas, percebe-se que “há uma revalorização da natureza, configura-se uma urbanidade que revaloriza o modo de vida no campo e a produção de alimentos benéficos à saúde, a partir de uma proposta de agricultura orgânica” (MEDEIROS, 2017, p.186).

Diante disso, parte-se para a discussão a respeito da agricultura urbana, tida como foco nesse estudo a partir da constatação de sua prática como uma manifestação das ruralidades no espaço urbano. No princípio do debate sobre a produção de alimentos na cidade, essa prática foi definida como sendo atividades que “[...] referem-se à utilização de pequenas superfícies situadas dentro das cidades ou em suas respectivas periferias para a produção agrícola e criação de pequenos animais, destinados ao consumo próprio ou a venda em mercados locais” (FAO, 1999).

Esta definição amplamente difundida no início, neste novo cenário, apresenta uma carência de elementos que possam diferenciá-la da agricultura rural, considerando que ela não vai além de diferenciar estas quanto à sua localização espacial, sendo necessário integrar outros aspectos ligados ao ambiente urbano que norteiam sua realização.

Diante disso, Mougeot traz para o debate um elemento que, em seu ponto de vista, é o principal diferenciador desta com a agricultura praticada em áreas rurais: o fato de ela estar “integrada no sistema econômico e ecológico urbano” (MOUGEOT, 2000), considerado por ele como “ecossistema urbano” onde deveriam ser utilizadas diferentes determinantes referentes às práticas agrícolas em áreas urbanas, como o



manejo de solos urbanos, os sistemas urbanos de abastecimento de alimentos, a segurança alimentar urbana, dentre outros pontos.

Assim, o autor define a agricultura urbana como aquela:

[...] praticada dentro (intraurbana) ou na periferia (periurbana) dos centros urbanos (sejam eles pequenas localidades, cidades ou até megalópoles), onde cultiva, produz, cria, processa e distribui uma variedade de produtos alimentícios e não alimentícios, (re) utiliza largamente os recursos humanos e materiais e os produtos e serviços encontrados dentro e em torno da área urbana, e, por sua vez, oferece recursos humanos e materiais, produtos e serviços para essa mesma área urbana (MOUGEOT, 2000).

Em outra concepção mais pautada na dinâmica produtiva de sua prática, Boukharaeva, Chianca, Marloie, Machado e Machado (2005) apresentam que a agricultura urbana “é uma microagricultura intensiva, cujos produtos são destinados à demanda local, na qual predominam os ciclos curtos e os pequenos circuitos de produção. Essa modalidade é amplamente praticada por famílias pobres, em espaços reduzidos, no interior e na periferia das cidades” (p. 416-417). Nessa definição são englobados fatores como a proximidade dos produtos com o seu consumidor final que, na maioria das vezes, reside ao redor da área de produção, além da acessibilidade em termos monetários na sua aquisição por parte dos moradores das cidades, sobretudo no caso da população pobre.

Conforme apresentado anteriormente, o início das práticas agrícolas em áreas urbanas tem uma íntima ligação com o surgimento das primeiras cidades, no entanto, a prática da agricultura urbana “[...] deve o seu desenvolvimento atual à modernização da agricultura que provocou uma forte migração de regiões rurais para as cidades a partir da década de 1940, mas sobretudo a partir das décadas 1960 e 1970. Essa urbanização recente e rápida influenciou todos os aspectos da produção e do consumo alimentar” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p. 11).

Quanto ao perfil dos praticantes de agricultura urbana, apresenta-se o argumento de Coutinho e Costa (2011) contrapondo a ideia de que a vivência anterior no campo é um dos requisitos para o desenvolvimento da atividade pela população urbana. Para esses autores, “[...] a origem rural não indica necessariamente uma vivência de realização do indivíduo através do trabalho na terra, mesmo que esse seja um praticante de agricultura urbana, e nem mesmo é determinante para despertar o gosto pelo manejo



da terra. Há indivíduos originalmente urbanos que primam pela prática da agricultura urbana” (p.87).

Nesse sentido, tanto nos casos em que a prática representa uma herança cultural do indivíduo, como quando a atividade surge através de outras influências, essas “[...] atividades agrícolas nas zonas urbanas e periurbanas correspondem à natureza bio-sociocultural da pessoa e às necessidades mais profundas (ligação com a natureza, ...)” (BOUKHARAEVA; CHIANCA; MARLOIE, 2007, p. 14).

Essa mudança na relação cidade-campo também traz reflexos nos espaços da agricultura urbana, visto que, segundo Ferreira e Castilho (2007), torna-se necessária a “[...] adaptabilidade da atividade às mudanças ocorridas nos espaços urbanos, tanto no que tange à expansão física, quanto à diminuição da visibilidade das fronteiras urbano-rurais” (p.12).

Conforme afirmam Coutinho e Costa (2011), “a agricultura urbana não é prática nova, mas é um campo de pesquisa novo [...]” (p.81), tendo o seu advento na década de 1980, devido às motivações ressaltadas anteriormente. Dada à relevância econômica, social e ambiental do tema em questão - embora as práticas de agricultura urbana ocorram em grande parte das cidades do Brasil e do mundo -, o enfoque dos trabalhos e pesquisas até então realizadas têm privilegiado as experiências ocorridas nos grandes centros urbanos.

Neste sentido, trazer para a abordagem a prática da agricultura urbana em cidades médias e pequenas, conforme são abordados em estudos como Ricarte-Covarrubias, Ferraz e Borges (2011), Mendes (2018), Hespanhol, Pereira e Hespanhol (2019), entre outros autores, tem contribuído para a compreensão deste fenômeno em todas as áreas do país, sob as mais diferenciadas motivações e dinâmicas próprias de cada uma destas, bem como a forma com que estas experiências têm sido pensadas no âmbito das políticas públicas municipais, estaduais e federais, de forma a apresentar suas contribuições em âmbito social, ambiental e econômico, além de sua estreita vinculação com os antigos hábitos do rural tradicional.

O CAFÉ E A FERROVIA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARTINÓPOLIS

Segundo Daltozo (2006, p.203), “[...] podemos dizer que Martinópolis tem como mãe a ferrovia e como pai o café”. Para o autor foi por meio do “binômio café-ferrovia”



que o município se constituiu. O marco de seu surgimento se deu em 1917, com a instalação da Estação Ferroviária João Teodoro (Imagem 1) no território que hoje abriga o município, servindo como ponto de apoio da Estrada de Ferro Sorocabana, com o principal objetivo de “[...] facilitar os serviços de água e lenha para as locomotivas a vapor” (DALTOZO, 2006, p.204). Nas áreas em que estas estações eram instaladas, formaram-se grande parte dos municípios constituintes do Oeste Paulista.

Imagem 1 – Estação Ferroviária de Martinópolis (abriga atualmente o Museu Histórico Municipal).



Fonte: Acervo pessoal (2021).

No ano de 1924, começou o povoamento da área e os primeiros imigrantes foram se estabelecendo no espaço rural de Martinópolis, considerando o fato de que a economia tinha como base as atividades agrícolas, como o cultivo de café, algodão e amendoim. Nesse contexto, verifica-se a importância dos bairros rurais que vão se fortalecendo neste momento da história de Martinópolis, onde muitos deles se tornaram Distritos pertencentes ao município.

Em fins dos anos 1960, assistiu-se a um esvaziamento do campo, bem como a redução da população total do município, alavancado pelo cenário de êxodo rural diante da nova dinâmica no espaço agrário brasileiro, marcada pela expansão da pecuária, declínio das lavouras, dentre outros fatores.

Esse processo constituiu profundas mudanças no cenário urbano e nos modos de vida dessa população. Embora grande parte do contingente populacional do campo não se deslocou para a cidade de Martinópolis, buscando oportunidades em outras cidades e em regiões mais dinâmicas do Estado, verifica-se a existência de dois tipos distintos de habitantes advindos do campo que coexistem na realidade urbana do município, sendo eles: os pequenos proprietários que “passaram a se dedicar a outras atividades na área



urbana dos distritos e na sede do Município” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p.103) e os trabalhadores rurais pobres que “se transformaram em mão-de-obra volante, ocupando os bairros periféricos” (SOUZA; HESPANHOL, 2002, p. 103).

Diante desse contexto apresentado, além da sua constituição a partir da estação ferroviária, é importante destacar o papel das comunidades rurais no processo de formação do município, uma vez que os modos de vida rural frequentemente refletem nas práticas espaciais da população urbana, visto que uma parte expressiva de seus moradores é advinda do campo, sobretudo na tentativa de resgatar e perpetuar tradições e hábitos da vivência rural.

Esse cenário é característico dos municípios constituintes da região de Presidente Prudente por possuírem o seu processo formativo intimamente interligado ao surgimento das estações ferroviárias que serviram como ponto de apoio para a Estrada de Ferro Sorocabana, possibilitando o escoamento da produção agrícola regional, na qual se destacam o café e o algodão. Nas áreas em que estas estações eram instaladas, formaram-se grande parte dos municípios constituintes do Oeste Paulista.

A hipótese levantada é que a prática da agricultura urbana carrega consigo inúmeros processos formativos, sejam eles a expansão urbana sobre o rural, a insegurança alimentar, o desemprego, entre outros, mas no cerne dessa atividade notam-se a presença de praticantes remanescentes do campo, advindos de um cenário marcado pelo êxodo rural, alavancado diante da nova dinâmica no espaço agrário brasileiro que se instaurou em meados da década de 1970, que trouxeram consigo essas práticas tidas como tradicionalmente rurais, desempenhando-as em espaços dispostos no espaço urbano do município que tornaram-se áreas de produção agrícola em pequena escala.

Entre as suas principais motivações verifica-se o desejo de manter o vínculo com o rural e de garantir o acesso à produtos agrícolas saudáveis para a alimentação das famílias ou dos assistidos por instituições, uma atividade desenvolvida também enquanto ação terapêutica para indivíduos em vulnerabilidade social, além de seu desenvolvimento em projetos de educação ambiental ou de educação alimentar e nutricional. Na perspectiva adotada, independentemente de sua gênese ou da finalidade da produção, as práticas agrícolas urbanas constituem-se como ruralidades no espaço urbano do pequeno município, atuando na integração entre o meio rural e o urbano e no rompimento da dicotomia entre ambos os espaços, em face das potencialidades da produção de alimentos em áreas urbanas.



A AGRICULTURA URBANA COMO EXPRESSÃO DAS RURALIDADES NA CIDADE DE MARTINÓPOLIS

Diante do exposto, evidencia-se a prática da agricultura urbana identificada na cidade de Martinópolis sob distintas finalidades, seja nos quintais de residências, em terrenos públicos e privados, e nas instituições públicas municipais, a partir de seu potencial educacional e terapêutico. Embora não haja uma política pública municipal visando o estímulo à prática, nota-se a ocorrência de ações pontuais, desenvolvidas sobretudo a partir de iniciativas institucionais, as quais ganham destaque nesse trabalho, além daquelas de caráter individual.

Um dos projetos institucionais de agricultura urbana em Martinópolis foi desenvolvido em 2011 pelo Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (Caps Ad), através da implantação de uma horta terapêutica visando a inclusão e reinserção social dos assistidos pela entidade. Essa ação surgiu com o objetivo de “[...] estimular a capacidade de produção, de convivência e interação grupal, além de auxiliar no tratamento de portadores de sofrimento mental devido ao uso de álcool e drogas em excesso” (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS, 2011).

Durante toda a execução do projeto, o manejo da horta estava sob a responsabilidade dos pacientes, os quais, segundo informações da Prefeitura Municipal, se encontravam envolvidos diretamente no processo de criação, organização e manutenção do espaço de cultivo, acompanhados por profissionais como terapeuta ocupacional, assistente social e funcionário de serviços gerais.

A produção foi destinada à alimentação dos assistidos na própria entidade, ao passo que o excedente dos produtos cultivados era direcionado às suas residências. Conforme dados da instituição, o plantio se deu por sistema de produção orgânico, onde são empregadas técnicas naturais de cultivo, sem o uso de produtos químicos, sobretudo de agrotóxicos.

Neste mesmo viés terapêutico, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – de Martinópolis desenvolve duas atividades incluindo o plantio e o manejo agrícola na entidade: o Projeto Horta e o Projeto Horta Suspensa, nos quais os atendidos acima de 30 anos são estimulados ao contato com o meio ambiente, plantando, cultivando e colhendo as diversas hortaliças (Imagem 2).



Imagem 2 – Atendidos durante o manejo da horta na APAE.



Fonte: Reprodução/Facebook (2020).

Além da sua utilização nas refeições da instituição, as hortaliças são destinadas à comercialização, por meio de uma parceria entre as famílias e a APAE, que dividem os lucros obtidos entre ambos. A entidade reverte esse valor para as despesas dos próprios projetos de produção de alimentos, além de outras atividades extraclasse como passeios e viagens, no contexto pré-pandêmico.

Segundo Boukharaeva, Chianca e Marloie (2007), “[...] a agricultura urbana traz soluções às carências alimentares e as doenças, mas também contribui igualmente para remediar a destruição cultural, a violência e o alcoolismo” (p. 20). Diante dessa perspectiva, identifica-se a importante participação dessa prática no tratamento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, visando a ressocialização ou inserção na sociedade desses indivíduos.

Essas ações também evidenciam o seu importante papel educacional, ao pensá-la como uma forma de aprendizagem de um novo ofício que pode (re) inseri-los no mercado de trabalho, oferecendo a esses assistidos os conhecimentos necessários para o desenvolvimento dessas práticas voltadas à sua subsistência, visando tanto uma alimentação saudável quanto a agregação da renda das famílias.

Como parte do projeto Meio Ambiente na Sala de Aula, foi implantada, no ano de 2017, uma horta na creche municipal “Liamar Jóia de Carvalho”, evidenciando, assim, o potencial educacional desta atividade.

O manejo da área de cultivo era executado pelas docentes da instituição pública de ensino, com a participação dos alunos nas diferentes etapas do projeto, desde a



escolha da área até a colheita das hortaliças, utilizadas para a complementação da merenda escolar.

Segundo informações do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente de Martinópolis,

entre os benefícios alcançados com o projeto horta escolares, se destacam a produção e consumo de alimentos naturais (sem agrotóxicos) pelos alunos, atividades ligadas à culinária na escola, troca de conhecimentos, inserção de assuntos como a economia doméstica, a influência nas escolhas alimentares das crianças, além de apresentar na prática as consequências que ações do homem têm em relação ao meio ambiente (DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, 2017).

Além de tratar-se de uma estratégia de educação nutricional e ambiental, esta prática revela também a transmissão de saberes e práticas entre as gerações. Para Boukharaeva, Chianca e Marloie (2007), “esta transmissão compreende a educação básica, pré-escolar das crianças, quando adultos ensinam as crianças a reconhecer as plantas, plantar e manter os legumes [...], cortar, ou mesmo experimentar novas variedades de frutos e legumes.” (p. 21).

Assim, a horta escolar visa a garantia da segurança alimentar e nutricional por parte dos estudantes, proporcionando a eles o acesso à alimentos de qualidade, estimulando-os a consumirem hortaliças e leguminosas e possibilitando que essas crianças percebam que os alimentos podem ser produzidos nos quintais de suas próprias residências.

Outra iniciativa é desenvolvida na Vila Vicentina “Frederico Ozanam”, que atende a idosos em situação de vulnerabilidade de Martinópolis. Trata-se de uma ação que visa, além do incremento da alimentação da instituição, o resgate às tradições rurais por parte desses idosos (Imagem 3).



Imagem 3 – Horta na Vila Vicentina.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Em âmbito governamental, desde 2009, o município conta com uma Horta Municipal, na qual o cultivo ocorre em uma estufa agrícola instalada em um terreno público municipal (Imagem 4), através da mão-de-obra de duas funcionárias públicas e dois voluntários sentenciados à prestação de serviços à comunidade.

Imagem 4 – Horta Municipal.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Essa horta surgiu enquanto uma ação do Projeto Estadual Hortaliçmento (Decreto n 50.233/2005), que tinha como objetivo central “promover e melhorar o abastecimento local de hortaliças, gerando trabalho e renda por meio da potencialização de canais de escoamento da produção” (SÃO PAULO, 2005, p.01), por meio de convênio entre o Estado, os municípios e entidades privadas sem fins lucrativos.

Segundo o agrônomo responsável, a área de cultivo conta com uma produção mensal de 800 a 1000 unidades de hortaliças, as quais são destinadas às entidades municipais, tais como Santa Casa, Vila Vicentina, além de atender a famílias carentes cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).



Nesta fase inicial das pesquisas de campo, foram identificadas duas áreas de cultivo individuais, realizadas, sobretudo, através de mão-de-obra familiar em terrenos privados e voltadas à comercialização dos produtos e autoconsumo do excedente gerado.

Como grande parte da produção da agricultura urbana, essas hortas dedicam-se ao cultivo de hortaliças (alface, rúcula, espinafre, couve, cebolinha, salsinha, almeirão, chicória, manjericão, coentro etc.), além de alguns legumes, como rabanete e tomate cereja (Imagem 5).

Imagem 5 – Cultivo de hortaliças em terreno privado.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Os produtos alimentícios gerados pela agricultura urbana em Martinópolis geralmente são acessados pela população por meio de formas de comercialização informais, tais como na própria área de cultivo, através de entregas a domicílio e/ou em banca de produtos (“feirinha”) (Imagem 6). No entanto, nos casos identificados, destaca-se também a venda desses produtos no comércio formal, como em um açougue e em dois restaurantes locais, demonstrando a relevância dessa produção na economia urbana.



Imagem 6 – Comercialização dos produtos em via urbana.



Fonte: Reprodução/ Facebook (2019).

No caráter individual, destaca-se também o cultivo de alimentos e a criação de animais ao longo da linha férrea que corta a cidade (Imagem 7). A ação é desencadeada por parte de alguns moradores do entorno dessa área ociosa de propriedade da Fepasa - Ferrovias Paulistas S.A-, visando torná-la um espaço de produção agrícola na cidade, em face à sua degradação pelo descarte irregular de lixo desde o encerramento das atividades do transporte ferroviário em Martinópolis, na década de 1990.

Imagem 7 – Prática da agricultura urbana ao longo da linha férrea.



Fonte: Acervo pessoal (2021).

Em suma, verificou-se as diversas facetas da prática da agricultura urbana em Martinópolis, nas quais se destacam a produção agrícola para fins terapêuticos, educacionais e, principalmente, nutricionais, além daquelas de cunho econômico na perspectiva individual. Dentre a diversidade das práticas agrícolas urbanas representadas acima, destaca-se que em seu cerne elas se caracterizam como elementos característicos do campo presentes nos interstícios da cidade, revelando, assim, a



presença das ruralidades no espaço urbano de Martinópolis, em consonância com o processo de formação do município onde a agricultura se conformou como a base da economia local, reverberando nas práticas espaciais dos cidadãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na literatura acadêmica, as ruralidades estão frequentemente associadas a ascensão de “novas” atividades - agrícolas e não agrícolas – que despontaram no campo brasileiro nas últimas décadas, marcadas, sobretudo, pela incorporação de elementos da sociedade urbano-industrial no meio rural. No entanto, as cidades de diferentes portes também carregam em seu cotidiano algumas expressões materiais e imateriais dessas ruralidades, tal como evidencia-se a prática da agricultura urbana.

Na cidade de Martinópolis, a gênese da agricultura urbana encontra-se intimamente ligada ao seu processo de formação, onde as atividades agrícolas se consolidaram como a base da economia local, propiciadas, sobretudo, pelos ciclos produtivos do café, do algodão e do amendoim. Nesse cenário, os bairros rurais fortaleceram a organização socioespacial do município, repercutindo na sua configuração atual.

Destes advém parte expressiva dos martinopolenses originários do campo e, conseqüentemente, dos agricultores urbanos locais e suas famílias, que perpetuam essas práticas tradicionalmente rurais em espaços diversos da cidade que se tornaram áreas de produção agrícola em pequena escala.

Com isso, evidencia-se as práticas agrícolas urbanas identificadas na cidade de Martinópolis sob distintas finalidades, seja nos quintais de residências, em terrenos públicos e privados, e nas instituições públicas municipais, a partir de seu potencial educacional e terapêutico. Embora não haja uma política pública em âmbito municipal visando o fomento à prática, nota-se a ocorrência de ações pontuais, desenvolvidas sobretudo a partir de iniciativas individuais e institucionais, como nos casos da Vila Vicentina e da APAE, bem como da horta municipal, enquanto uma iniciativa do poder público local, dentre outras atividades agrícolas urbanas constatadas na fase atual da pesquisa empírica.



REFERÊNCIAS

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M. A agricultura urbana como fenômeno universal. In: CARVALHO, S.; KNAUSS, P. (Orgs.). **Agricultura urbana: dimensões e experiências do Brasil atual**. Rio de Janeiro: Enda Brasil, 2007.

BOUKHARAEVA, L.; CHIANCA, G.; MARLOIE, M.; MACHADO, A. T.; MACHADO, C. T. de T. Agricultura urbana como um componente do desenvolvimento humano sustentável: Brasil, França e Rússia. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2005.

CANDIOTTO, L. Z. P.; CORRÊA, W. K.. Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-território**, v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, M. J.. Ruralidades: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.11, p. 53-65, out. 1998.

COUTINHO, M. N., COSTA, H. S. de M. Agricultura urbana: prática espontânea, política pública e transformação de saberes rurais na cidade. **Geografias**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 81-97, jul./dez. 2011.

DALTOZO, J.C. Martinópolis: fruto do café e da ferrovia. In: SILVA, J. L. da (Org.). **Concurso Literário: história do meu bairro, história do meu município**. São Paulo: Arte & Ciência, 2006. p. 203-212.

DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DE MARTINÓPOLIS. **Horta na Creche “Liamar Jóia de Carvalho”**. 2017. Disponível em: < <http://ambientemartinopolis.blogspot.com/2017/08/horta-na-creche-liamar-joiade-carvalho.html> > . Acesso em: 10 jun. 2021.

FERREIRA, R. J.; CASTILHO, C. J. M. de. Agricultura urbana: discutindo algumas das suas engrenagens para debater o tema sob a ótica da análise espacial. **Revista de Geografia**, Recife, v. 24, n. 2, p. 06-23, mai./ago. 2007.

HESPANHOL, A.N; PEREIRA, C. da S.; HESPANHOL, R.A.M. A diversidade da agricultura urbana e periurbana em Presidente Prudente – SP. **Campos Neutrais**, v. 1, n. 2, p. 73-90, maio/ago. 2019.

LINDNER, M.. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades: São João do Polêsine, RS. **Geografia Ensino & Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 19-36, set./dez. 2012.

LOCATEL, C. D.; AZEVEDO, F. F. de. Gestão do território e a prática da agricultura urbana na cidade de Natal (RN - Brasil). In: COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 11., 2010, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2010.



MAIA, D. S.. Hábitos rurais em vidas urbanas. IN: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de L. (Orgs.). **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 214-219.

MATTOS, C.; MENDONÇA, M. M. de; MASELLI, M.; DUPRÁ, R. L. S. N.. Panorama da agricultura urbana e a construção de políticas públicas no Brasil. **Revista Advir**, Rio de Janeiro, n.34, p. 07-17, dez. 2015.

MEDEIROS, R. M. V.. Ruralidades: novos significados para o tradicional rural. In: MEDEIROS, R. M. V.; LINDNER, M. (Orgs.). **Dinâmicas do espaço agrário: velhos e novos territórios: NEAG 10 anos**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 179-189.

MENDES, D. B.. **As práticas de agricultura urbana como estratégia de garantia da segurança alimentar e da geração de renda no município de Pirapozinho/SP**. 2018. 115 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Cuestiones de la agricultura urbana**. 1999. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/esp/revista/9901sp2.htm>> . Acesso em: 19 jun. 2021.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS. **Horta Terapêutica beneficia usuários de álcool e drogas**. 2011. Disponível em: <<https://www.martinopolis.sp.gov.br/site/index.php?p=noticia&id=680>> . Acesso em: 10 jun. 2021.

RICARTE-COVARRUBIAS, J. D.; FERRAZ, J. M. G.; BORGES, J. R. P. Segurança alimentar através da agricultura urbana: um estudo de caso em duas comunidades de baixa renda em Porto Ferreira/SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 6, n. 3, dec. 2011.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Decreto nº 50.233, de 10 de novembro de 2005. **Projeto Estadual HORTALIMENTO**. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-50233-10.11.2005.html> Acesso em: 06 set. 2021.

SILVA, J. G. da. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, IE/UNICAMP, 1999.

SOUZA, P. C. de; HESPANHOL, A. N. A resistência dos bairros rurais no município de Martinópolis – SP. **Revista Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 4, p.99-113, 2002.

VINHOLI, A. C.; MARTINS, P.. Agricultura urbana e êxodo rural. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 1, p. 66-79, jan./jun., 2012.